

Requerente: ALVARO ROGACHESKI

Recorrido: INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Processo Administrativo: 27286/2014

Ementa: Solicitação de aposentadoria voluntária integral. Competência para concessão do benefício é do FAPEN. Amparo legal contido no Artigo 53 da Lei 1609/2002 e Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. Pedido procedente.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO – FAPEN, por unanimidade de votos, decidiu julgar procedente o pedido de “Aposentadoria Voluntária Integral”, no cargo de “Serviços Gerais”, com base no Artigo 53 da Lei Municipal nº 1609 de 11 de abril de 2002, com proventos no percentual de 100% (cem por cento) dos seus vencimentos, tomando-se por base a referência OP-91, no valor de R\$ 1.643,77 (Um mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), do Quadro de Pessoal Permanente do Município e ainda, em observância ao contido no artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, recomendando ao Prefeito Municipal, a concessão do benefício em referência.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral do Fapen

RESOLUÇÃO Nº 005/2015

Requerente: CARLA APARECIDA ABE PEREIRA

Recorrido: INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Processo Administrativo: 24784/2014

Ementa: Solicitação de aposentadoria voluntária integral. Competência para concessão do benefício é do FAPEN. Amparo legal contido no Artigo 53 da Lei 1609/2002 e Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. Pedido procedente.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO – FAPEN, por unanimidade de votos, decidiu julgar procedente o pedido de “Aposentadoria Voluntária Integral”, no cargo de “Auxiliar de Serviços Administrativos”, com base no Artigo 53 da Lei Municipal nº 1609 de 11 de abril de 2002, com proventos no percentual de 100% (cem por cento) dos seus vencimentos, tomando-se por base a referência TA-128, no valor de R\$ 3.420,19 (Três mil, quatrocentos e vinte reais e dezenove centavos), do Quadro de Pessoal Permanente do Município e ainda, em observância ao contido no artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, recomendando ao Prefeito Municipal, a concessão do benefício em referência.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral do Fapen

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

Requerente: DEUSDETI MARIA DALLAGRANA

Recorrido: INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Processo Administrativo: 23499/2014

Ementa: Solicitação de aposentadoria proporcional por idade. Competência para concessão do benefício é do FAPEN. Amparo legal contido no Artigo 54 e incisos da Lei 1609/2002 e Artigo 40, §1º, inciso III, “b” da Constituição Federal. Pedido procedente.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO – FAPEN, por unanimidade de votos, decidiu julgar procedente o pedido de “Aposentadoria Proporcional por Idade”, no cargo de “Serviços Gerais”, com base no Artigo 54 e seguintes da Lei Municipal nº 1609 de 11 de abril de 2002, com proventos de aposentadoria no percentual de 54,6849% (cinquenta e quatro vírgula sessenta e oito quarenta e nove por cento), no valor de R\$ 452,91 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos), com diferença legal de salário no valor de R\$ 335,09 (trezentos e trinta e cinco reais e nove centavos), perfazendo o total de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), garantindo a percepção do salário mínimo federal, do Quadro de Pessoal Permanente do Município e ainda, em observância ao contido no Artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, “b” da Constituição Federal, recomendando ao Prefeito Municipal, a concessão do benefício em referência.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral do Fapen

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

Requerente: ELIZABETE SOARES DE LIMA FONTOURA

Recorrido: INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Processo Administrativo: 26051/2014

Ementa: Solicitação de pensão. Competência para concessão do benefício é do FAPEN. Amparo legal contido nos Artigos 65 a 68 da Lei 1609/2002, e artigo 40, § 7º, incisos I e II da Constituição Federal. Pedido procedente.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO – FAPEN, por unanimidade de votos, decidiu julgar procedente o pedido de “Pensão Vitalícia” a requerente ELIZABETE SOARES DE LIMA FONTOURA, esposa do servidor falecido JOSÉ MACHADO FONTOURA, totalizando 100% (cem por cento) dos seus vencimentos, no valor total de R\$ 2.347,68 (dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), percebidos à título de pensão, isto tudo, com base nos artigos 65 a 68 da Lei Municipal nº 1609 de 11 de abril de 2002 e Artigo 40, § 7º, inc. I e II da Constituição Federal e demais disposições aplicáveis à espécie, a serem pagos a partir do mês do falecimento do segurado, recomendando ao Prefeito Municipal, a concessão do benefício em referência.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral do Fapen

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO a presente Dispensa de Licitação nº 03/2015, nos termos do Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8666/93, em favor da empresa AUTO POSTO 3L LTDA, relativo à Aquisição de Materiais de Consumo (Gasolina, óleo e filtro), destinados a este Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN, no valor total de R\$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais), para o período de 11 meses.

Campo Largo, 28 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO a presente Dispensa de Licitação nº 02/2015, nos termos do Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8666/93, em favor da empresa JOEL ESTEVÃO & CIA. LTDA, relativo à Aquisição de Materiais de Consumo (Água Mineral e Recarga de Gás), destinados a este Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN, no valor total de R\$ 600,00 (seiscentos reais), para o período de 11 meses.

Campo Largo, 28 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO a presente Dispensa de Licitação nº 001/2015, nos termos do Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8666/93, em favor da empresa ACONTABILEX CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, no valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), relativo à Prestação de Serviços Técnicos de Consultoria Contábil, Jurídica e Administrativa, para este Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN. CAMPO LARGO, 05 de janeiro de 2015.

ALCEU CARLESSO

Diretor Geral

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 003/2015 - Material de Consumo

CONTRATANTE - Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN

CONTRATADO - Auto Posto 3L Ltda.

OBJETO - Aquisição de Combustível, Óleo de Motor e Filtros, destinados ao veículo Corsa, Placa AKH-4520 deste Instituto.

VALOR - R\$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais) valor global.

PRazo - 11 (onze) meses.

Campo Largo, 28 de janeiro de 2015.

(a)

Alceu Carlessso

Diretor Geral

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 002/2015 - Material de Consumo

CONTRATANTE - Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo - FAPEN

CONTRATADO - JOEL ESTEVÃO & CIA LTDA - ME

OBJETO - Aquisição de Água Mineral e Recarga de Gás

VALOR - R\$ 600,00 (seiscentos reais) valor global.

PRazo - 11 (onze) meses.

Campo Largo, 28 de janeiro de 2015.

(a)

Alceu Carlessso

Diretor Geral

EXTRATO CONTRATUAL

5º Termo Aditivo ao

CONTRATO Nº 009/2012 - Prestação de Serviços

CONTRATANTE - INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO-FAPEN

CONTRATADO - CLARIM IMOVEIS LTDA.

OBJETO - Prorrogação de contrato de Prestação de Serviços n. 009/2012.

VALOR - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) anual

PRazo - 05/01/2015 a 31/12/2015

Campo Largo, 05 de janeiro de 2015.

(a)

Alceu Carlessso

Diretor Geral

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 001/2015 - Prestação de Serviços

CONTRATANTE - INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CAMPO LARGO-FAPEN

CONTRATADO - CONTABILEX CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

OBJETO - Prestação de Serviços – Serviços Técnicos especializados em Consultoria Contábil, Jurídica e Administrativa.

VALOR - R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), valor global.

PRazo - 04 (quatro) meses.

Campo Largo, 05 de janeiro de 2015.

(a)

Alceu Carlessso

Diretor Geral

## Cocel

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

LICITAÇÃO/Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 001/2015, torna público e para conhecimento dos licitantes que, em sessão pública da mesma, datada de 26/01/2015, após o exame das propostas apresentadas no pleito e adotado o critério de julgamento prescrito no Edital, chegou-se ao seguinte resultado classificatório:

LOTE ÚNICO

INDEL BAURU INDÚSTRIA ELETROMETALÚRGICA LTDA, com o valor total de R\$ 52.546,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais)

Campo Largo, 26 de janeiro de 2015.

SIMONE DE FÁTIMA CAMILLO

Pregoeira

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

OBJETO: Contratação da empresa MALHARIA OCEANICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.616.630/0001-46, no valor de R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais), considerando 60 (sessenta) camisetas, com dispensa de licitação, fundamentado no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, isto de acordo com as informações do Setor de Segurança do Trabalho, bem como, da Divisão de Logística e Compras, no qual se insere a contratação em questão.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: Malharia Oceânica Ltda - EPP.

VALOR: R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais).

PRazo DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.

BASE LEGAL: art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

Marcelo Rubens Kravyski

Diretor Administrativo

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: Malharia Oceânica Ltda - EPP.

VALOR: R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais)

PRazo DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.

BASE LEGAL: art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

Ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa MALHARIA OCEANICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.616.630/0001-46, no valor de R\$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais), considerando 60 (sessenta) camisetas, com dispensa de licitação, fundamentado no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, isto de acordo com as informações do Setor de Segurança do Trabalho, bem como, da Divisão de Logística e Compras, no qual se insere a contratação em questão, considerando o resultado frustrado dos Pregões nº 039/2014 e nº 051/2014, conforme se comprova das Atas das Sessões, efetivada através do procedimento administrativo nº 002/2015, acolhendo integralmente as justificativas apresentadas.

Campo Largo, 27 de janeiro de 2015.

Emídio Pianaro Junior

Diretor Presidente

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2015

OBJETO: Contratação da empresa A. R. K. Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos de Informática Ltda., registrada sob o CNPJ nº 00.898.892/0001-90, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por inviabilidade de competição, pelo valor global estimado de R\$ 2.952,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais), correspondendo a 12 (doze) galões, os quais poderão ser fornecidos até 31 de dezembro de 2015, tendo em vista a necessidade da Divisão Comercial da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: A. R. K. Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos de Informática Ltda.

VALOR: R\$ 2.952,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais)

PRazo DE VIGÊNCIA: 29/01/2015 a 31/12/2015.

BASE LEGAL: art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Campo Largo, 29 de janeiro de 2015.

Marcelo Rubens Kravyski

Diretor Administrativo

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2015

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: A. R. K. Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos de Informática Ltda.

Ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa A. R. K. Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos de Informática Ltda., registrada sob o CNPJ nº 00.898.892/0001-90, com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por inviabilidade de competição, pelo valor global estimado de R\$ 2.952,00 (dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais), correspondendo a 12 (doze) galões, os quais poderão ser fornecidos até 31 de dezembro de 2015, tendo em vista a necessidade da Divisão Comercial da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, efetivada através do procedimento administrativo nº 005/2015, acolhendo integralmente as justificativas apresentadas.

Campo Largo, 29 de janeiro de 2015.

Emídio Pianaro Junior

Diretor Presidente

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2015

OBJETO: Contratação do serviço notarial e registral (Cartório), através do Campo Largo – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, no Município de Campo Largo, visando prestar serviços de fotocópias autenticadas, reconhecimento de firmas, registro de contratos, protestos de títulos e demais atos decorrentes de sua competência territorial e funcional.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: Campo Largo – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos – CNPJ nº 77.787.273/0001-52.

VALOR: Estimado em R\$ 1.000,00 (um mil reais)

PRazo DE VIGÊNCIA: 29/01/2015 a 31/12/2015.

BASE LEGAL: art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Campo Largo, 29 de janeiro de 2015.

Marcelo Rubens Kravyski

Diretor Administrativo

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2015

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADO: Campo Largo – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos – CNPJ nº 77.787.273/0001-52.

Ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação do serviço notarial e registral (Cartório), visando prestar serviços de fotocópias autenticadas, reconhecimento de firmas, registro de contratos, protestos de títulos e demais atos decorrentes de sua competência territorial e funcional, efetivada através do procedimento administrativo nº 006/2015, nos termos art. 25, caput, da Lei 8.666/93, acolhendo integralmente as justificativas apresentadas.

Campo Largo, 29 de janeiro de 2015.

Emídio Pianaro Junior

Diretor Presidente

## Edital